

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Protocolo nº 33902

Data Registro: 22/05/2017

Assinatura: [Redacted]

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DIOPE/ANS Nº 006/2017.

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE
SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS E A CETIP
S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS

A **AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS**, autarquia sob o regime especial, criada pela Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, vinculada ao Ministério da Saúde, inscrita no CNPJ sob nº 03.589.068/0001-46, com sede na Avenida Augusto Severo nº 84 - Edifício Barão de Mauá, Glória, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, doravante denominada **ANS**, neste ato representada pelo Diretor-Presidente substituto Leandro Fonseca da Silva, RG nº [Redacted], CPF [Redacted], residente e domiciliado à Rua [Redacted]

[Redacted] designado pela Portaria do Ministro de Estado da Saúde nº 1.109, de 03 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 4 de maio de 2017, Seção 2, e de outro lado a **CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS**, sociedade empresarial com sede na Av. República do Chile, nº 230, 10º e 11º andares, Centro, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20031-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.358.105/0001-91, e filiais na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º ao 4º andares, Jardim Paulistano, na cidade e Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.358.105/0002-72, e na Al. Xingu, 350, salas 201 a 204, Alphaville Industrial, CEP 06455-030, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscritas no CNPJ/MF sob o nº 09.358.105/0003-53 e nº 09.358.105/0004-34, doravante denominada **CETIP**, neste ato representada na forma de seu estatuto social, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, objetivando fixar condições de cooperação mútua, por meio da disponibilização de serviço de acesso a relatórios de informações de depósito e registro das Operadoras de Planos de Saúde com títulos e valores mobiliários depositados e registrados na CETIP, visando subsidiar a regulação e a consequente qualificação da Saúde Suplementar, Processo nº 33902.544261/2016-06 sujeitando-se os participantes no que couber as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e demais normas regulamentares da matéria, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto fixar condições de Cooperação por meio da disponibilização pela **CETIP** de serviço de acesso a relatórios de informações de depósito e registro das Operadoras de Planos de Saúde com títulos e valores mobiliários depositados e registrados na [Redacted]

("Participantes"), sem ônus para a **ANS**, visando aperfeiçoar os mecanismos para a regulação da atenção à Saúde Suplementar ofertada à população brasileira, em consonância com as Leis Federais nºs 9.961/2000 e 9.656/98, bem como a Resolução Normativa nº 392, de 9 de dezembro de 2015, expedida pela ANS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PRIORIDADES

Constituem prioridades eleitas pelas partes celebrantes deste instrumento os seguintes objetivos:

2.1 A **CETIP** fornecerá à **ANS** relatórios diários, mediante arquivos disponibilizados por meio de "malote eletrônico" nos sistemas da **CETIP** ("Sistemas"), das posições e movimentações dos títulos e valores mobiliários, bem como das operações depositadas ou registradas na **CETIP**, Participantes, em Conta Própria e de Reserva Técnica ("Relatórios").

2.2 Além dos Relatórios mencionados na cláusula 2.1, a **CETIP** disponibilizará à **ANS** acesso aos seus Sistemas, de forma a possibilitar a consulta das posições e movimentações dos títulos e valores mobiliários, bem como das operações depositadas e registradas na **CETIP**, dos Participantes em Conta Reserva Técnica, bem como exercer o controle limitado das posições dos Participantes, observadas as condições previstas na cláusula 4.4 deste instrumento. O controle dar-se-á por meio da inserção, pela **ANS**, de comandos nos Sistemas, de forma a atribuir às contas de Reserva Técnica dos Participantes por ela fiscalizados, uma respectiva situação, "livre" ou "sem livre movimentação", que permitirá a identificação de quais Participantes poderão ou não desvincular livremente os títulos e valores mobiliários nela registrados.

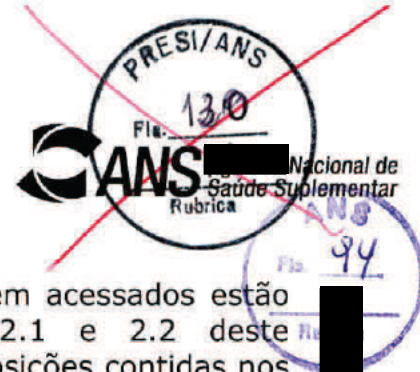
2.2.1. Fica estabelecido, desde já, que é de responsabilidade exclusiva dos Participantes fiscalizados pela **ANS** obedecer aos comandos mencionados na cláusula 2.2. acima, não cabendo à **CETIP** qualquer tipo de monitoramento ou fiscalização nesse sentido.

2.2.2. O acesso às informações abrange os dados do dia anterior àquele da sua efetiva disponibilização.

2.3 A Conta Reserva Técnica será vinculada à Conta Própria dos Participantes, devendo, esta última, ser aberta na **CETIP**, de acordo com os procedimentos por ela adotados para tal finalidade;

2.4 A Conta Reserva Técnica será utilizada, a qualquer tempo, exclusivamente para a transferência e retorno dos títulos e valores mobiliários, sem liquidação financeira, da Conta Própria de cada Participante;

2.5 A **CETIP** prestará à **ANS** um serviço de disponibilização de Relatórios e de consulta aos Sistemas, nos termos das cláusulas 2.1 e 2.2 acima. A **ANS** será



credenciada nos Sistemas onde as consultas e dados a serem acessados estão limitados às informações mencionadas nas cláusulas 2.1 e 2.2 deste instrumento, sendo necessário observar as normas e as disposições contidas nos Regulamentos Operacionais e Manuais da **CETIP**;

2.6 A **CETIP** fornecerá à **ANS** as senhas e os códigos de acesso aos Sistemas, sendo que a **ANS** poderá modificá-los a qualquer tempo, respeitadas as regras de atualização de senhas e de segurança das informações estabelecidas pela **CETIP**, incluindo, mas não se limitando, o previsto nos arts. 36 e 39 do Manual de Normas de Direito de Acesso, versão de 22/04/2016 e alterações posteriores;

2.7 Os Relatórios e acessos disponibilizados à **ANS** são relativos às operações e posições das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde nos casos previstos em lei, normas e regulamentos aplicáveis, e, nas demais hipóteses, quando autorizado à **CETIP** a fornecer tais informações.

2.7.1 Caso sejam necessárias adequações aos Sistemas em decorrência da alteração das normas vigentes, as partes definirão em conjunto o cronograma de implementação das adequações previstas neste item, considerando possíveis desenvolvimentos e impactos operacionais decorrentes de tais adequações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ESFORÇO MÚTUO

Para viabilização dos objetivos priorizados na cláusula anterior, as partes celebrantes envidarão seus melhores esforços no sentido do mútuo aproveitamento das respectivas competências, disponibilidades e potencialidades, visando a eficiência e celeridade de suas participações na consecução e implementação daqueles atendimentos. A execução será a partir do Plano de Trabalho, especialmente elaborado para este fim, constante em páginas 71/72 dos autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DA ANS

A **ANS** se compromete a:

4.1 Cumprir todas as normas que a **CETIP** vier a disponibilizar com relação aos seus Sistemas;

4.2 Cumprir rigorosamente as disposições constantes no Estatuto Social da **CETIP**, dos Regulamentos Operacionais e Manuais dos sistemas da **CETIP**, de acordo com a Cláusula Primeira deste Acordo;

4.3 Atribuir e alterar a situação de cada Participante, de acordo com a Cláusula Segunda deste Acordo;

4.4 Conceder prévia autorização e posterior confirmação, ou não, na forma prevista na cláusula 2.2, às operações realizadas pelos Participantes que possuam contas Reserva Técnica sem livre movimentação, para desvinculação dos títulos e valores mobiliários nelas registradas e depositadas;

4.5 Adotar os meios necessários para acessar os Sistemas e visualizar os Relatórios, obtendo os recursos computacionais e de comunicação, visando à conexão aos referidos Sistemas;

4.6 Obter autorização expressa dos Participantes, para que a **CETIP** possa lhe disponibilizar as informações da cláusula 2.1.

4.7 Guardar sigilo de todas as informações e documentos fornecidos pela **CETIP**, que detiver por força do presente Acordo, observadas as normas legais aplicáveis à espécie, incluindo, mas não se limitando, à Lei de Sigilo Bancário (Lei Complementar nº 105/2001);

4.8 Notificar à **CETIP**, sempre que necessário, sobre a emissão e/ou criação de novas obrigações, decorrentes de qualquer alteração na legislação ou não, que possam afetar direta ou indiretamente este Acordo, respeitadas as condições estabelecidas na cláusula 2.7.1 acima;

4.9 Obedecer aos horários de funcionamento e disponibilidade dos Sistemas, de acordo com as regras desta;

4.10 Manter em seu estabelecimento, até o encerramento do período diário de teleprocessamento, pessoal habilitado a decidir, quando necessário, o disposto nos itens 4.3 e 4.4 supra; e

4.11 Observar os princípios de segurança dos Sistemas definidos pela **CETIP**.

Parágrafo Primeiro – A falta de confirmação, pela **ANS**, das operações referidas no item 4.4 desta Cláusula acarretará o seu cancelamento automático no fechamento dos respectivos Sistemas.

Parágrafo Segundo – Em caso de paralisação do terminal ou quaisquer outros tipos de problemas na **ANS**, esta poderá solicitar à **CETIP**, mediante documento formal, que proceda ao disposto nos itens 4.4 e 4.5 precedentes, dentro das instalações designadas pela **CETIP** para este fim. No cumprimento das obrigações previstas no item 4.4., a **ANS** reconhece que a **CETIP** executará estritamente os comandos enviados pela própria **ANS**, cabendo integral responsabilidade por estes perante a **CETIP** e terceiros.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CETIP.

A **CETIP** se compromete a:



5.1 garantir a disponibilidade dos Sistemas e o fornecimento das informações conforme descrito nos itens 2.1 e 2.4 a 2.8;

5.2 manter em sigilo quaisquer dados, informações ou documentos de que venha a ter conhecimento ou aos quais tenha acesso, no exercício de suas funções referentes aos Sistemas;

5.2.1. A guarda de sigilo das informações constantes no item 5.2, equipara-se para os efeitos legais à regra de sigilo, disposta na Lei Complementar nº 105/01.

5.3 prestar, em tempo hábil, todas e quaisquer informações julgadas necessárias, pela **ANS**, relativas ao objeto deste Acordo; e

5.4 informar previamente à **ANS**, quaisquer mudanças efetuadas nos seus Sistemas que impactem o objeto deste Acordo, bem como no conteúdo e formato das informações também enviadas à **ANS**.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS

O presente Acordo é celebrado a título gratuito, não gerando ônus a qualquer das partes, exceto aquele mencionado na cláusula 4.5, de responsabilidade da ANS.

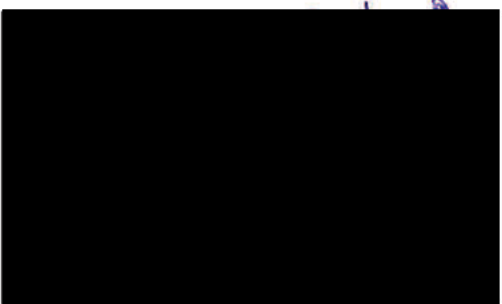
CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo tem um prazo de vigência de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com a anuência dos partícipes, e ser resilido por qualquer das partes, mediante aviso escrito à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.

7.1. As partes convalidam, desde 03 de março de 2013 até a data de assinatura deste Acordo, todos os atos relacionados ao objeto deste contrato e sob o Termo de Cooperação Técnica nº 01/2008.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DENÚNCIA

O presente Acordo de Cooperação poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer das partes, mediante troca de avisos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo cada parte os respectivos ônus decorrentes das obrigações acordadas.




CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1** O presente Acordo poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes;
- 9.2** Todos os avisos e notificações decorrentes deste Acordo, exceto aqueles relacionados ao funcionamento dos Sistemas e a sua operação, deverão ser feitos por escrito, e somente terão validade se enviados por meio de carta protocolada ou registrada, com aviso de recebimento, ou por notificação judicial ou extrajudicial, entregues na sede das partes, indicada no preâmbulo, ou em qualquer outro local que uma das partes possa ter indicado à outra, por escrito;
- 9.3** Qualquer omissão ou tolerância das partes em exigir o cumprimento dos termos e condições deste Acordo ou não exercer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia nem afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer momento;
- 9.4** A **CETIP** não se responsabiliza, direta ou diretamente, pelo uso ou mau uso das funcionalidades dos Sistemas que forem disponibilizadas a **ANS**, incluindo os comandos inseridos pela ANS nos Sistemas e o seu devido processamento, bem como pelas informações e dados inseridos nos Sistemas pelos Participantes, assumindo esses últimos, integral e irrevogável responsabilidade sobre seus atos ou os quem tenha autorizado a efetuar em seu nome;
- 9.5** A **CETIP** se reserva no direito de incluir, alterar, substituir ou excluir quaisquer funcionalidades dos Sistemas, a seu critério.
- 9.6.** Este Acordo é firmado em caráter irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, sendo vedada a subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, a qualquer título, do presente instrumento, sem a prévia anuência por escrito da outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

A **ANS** providenciará, como condição de eficácia, a publicação resumida deste Acordo de Cooperação, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data, conforme com o disposto no parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666, de 1993, suas alterações posteriores e demais legislações pertinentes.





CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As questões decorrentes de execução deste Acordo de Cooperação, que puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

E, para validade do que pelas partes foi avençado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas abaixo assinadas, para que produza seus jurídicos e legais e efeitos em juízo e fora dele.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2017.

Diretor-Presidente substituto
**AGÊNCIA NACIONAL DE
SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)**

Produtos Marketing e Comunicação

Ana Bui
Diretora de Recursos Humanos